

A Formação religiosa dos/das professores/as e a abordagem de gênero no Ensino Religioso

Religious training of teachers and the gender approach in Religious Education

La formación religiosa del profesorado y el enfoque de género en la educación religiosa

DOI: 10.52641/cadcajv10i1.956

Submitted on: 4.12.2025 | Accepted on: 5.2.2025 | Published on: 5.19.2025

Laudemir Alves da Silva¹
Edeson dos Anjos Silva²

RESUMO: O artigo tem como objetivo investigar como as experiências formativas dos professores influenciam suas percepções e práticas pedagógicas em sala de aula. Nesse sentido, procurou-se compreender se, e como a formação inicial e continuada dos professores impacta na forma como a temática de gênero é trabalhada no Ensino Religioso considerando os desafios e possibilidades dessa abordagem no contexto escolar que é plural e diverso. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica e documental. O texto dialoga com conceitos como formação inicial e continuada, abordagem de gênero, ensino religioso e práticas pedagógicas. É de suma importância apontar que o debate de gênero no Ensino Religioso é fundamental para que os estudantes tenham uma formação crítica e consciente, para tanto os programas de formação de docentes devem contemplar tal tema em seu currículo, para que assim, tais profissionais possam refletir suas práticas pedagógicas. Conclui-se a existência da necessidade de ampliar o diálogo entre os campos da educação e da religião, promovendo um Ensino Religioso alinhado aos princípios da laicidade, da equidade, da alteridade e da inclusão.

Palavras-chave: formação religiosa, abordagem de gênero, ensino religioso, práticas pedagógicas.

ABSTRACT: The article aims to investigate how teachers' training experiences influence their perceptions and pedagogical practices in the classroom. In this sense, we sought to understand whether and how initial and continuing teacher training impacts the way gender issues are addressed in Religious Education, considering the challenges and possibilities of this approach in the plural and diverse school context. The methodology

¹ Mestrando em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória (FUV). Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: demirpedagogo@gmail.com

² Pós-Doutorando em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória (FUV), Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: edeson.anjos@hotmail.com

adopted was a bibliographic and documentary review. The text discusses concepts such as initial and continuing training, gender approach, religious education, and pedagogical practices. It is extremely important to point out that the debate on gender in Religious Education is fundamental for students to have a critical and conscious education. Therefore, teacher training programs should include this topic in their curriculum, so that these professionals can reflect on their pedagogical practices. We conclude that there is a need to expand the dialogue between the fields of education and religion, promoting Religious Education aligned with the principles of secularism, equity, otherness, and inclusion.

Keywords: religious formation, gender approach, religious education, pedagogical practices.

RESUMEN: El artículo tiene como objetivo investigar cómo las experiencias formativas de los docentes influyen en sus percepciones y prácticas pedagógicas en el aula. En este sentido, buscamos comprender si y de qué manera la formación inicial y continua del profesorado impacta en el modo como se trabaja la temática de género en la Educación Religiosa, considerando los desafíos y posibilidades de ese abordaje en el contexto escolar, que es plural y diverso. La metodología adoptada fue la revisión bibliográfica y documental. El texto aborda conceptos como educación inicial y continua, enfoque de género, educación religiosa y prácticas pedagógicas. Es de suma importancia señalar que el debate de género en la Educación Religiosa es fundamental para que los estudiantes tengan una formación crítica y consciente. Por ello, los programas de formación docente deben incluir esta temática en su currículo, para que estos profesionales puedan reflexionar sobre sus prácticas pedagógicas. Se concluye que existe la necesidad de ampliar el diálogo entre los campos de la educación y la religión, promoviendo la Educación Religiosa alineada con los principios de secularidad, equidad, alteridad e inclusión.

Palabras clave: formación religiosa, enfoque de género, educación religiosa, prácticas pedagógicas.

1. INTRODUÇÃO

A educação tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, sendo responsável por promover o respeito à diversidade e a pluralidade na formação crítica dos estudantes. No contexto escolar, o Ensino Religioso ocupa um espaço importante na abordagem de temas que envolvem questões de gênero, culturais e identidades, possibilitando reflexões a partir de diferentes manifestações

religiosas e suas influências na constituição/reconstituição da sociedade. No entanto, a forma como determinados temas, como as questões de gênero, são abordados nesse componente curricular depende, na maioria das vezes, da formação acadêmica inicial, continuada e religiosa dos/as professores/as responsáveis por ministrá-la.

A temática de gênero é uma questão central no debate educacional contemporâneo, especialmente no que diz respeito à necessidade de desconstrução de estereótipos e preconceitos. No entanto, sua abordagem no Ensino Religioso pode ser influenciada por visões dogmáticas e tradicionais, que tendem a reforçar concepções excludentes e normativas sobre os papéis de gênero. Dessa forma, compreender como os/as professores/as concebem essa temática e como a inserem em sua prática pedagógica é essencial refletir sobre os desafios e possibilidades da construção de um Ensino Religioso que contribua para a equidade e o respeito às diferenças.

A formação docente, tanto no âmbito acadêmico quanto no religioso, desempenha um papel determinante nesse processo, uma vez que influencia a percepção dos professores sobre os temas que abordam em sala de aula. Enquanto alguns docentes, a partir de uma formação mais ampla e interdisciplinar, podem adotar uma abordagem reflexiva e crítica sobre gênero, outros, cuja formação se baseia em perspectivas religiosas mais rígidas, podem demonstrar resistência ou mesmo evitar o tema. Dessa forma, investigar como essas formações impactam a prática pedagógica dos/as professores/as é extremamente relevante para compreender a realidade do Ensino Religioso e propor estratégias para torná-lo mais inclusivo.

O presente artigo tem como objetivo analisar de que maneira a formação acadêmica e religiosa dos/as professores/as influencia suas percepções sobre gênero e sua abordagem pedagógica no Ensino Religioso. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica, documental com base em estudos que discutem a interseção entre religião, educação e gênero, buscando identificar tendências, desafios e possibilidades na formação dos/as professores/as e na prática pedagógica. O estudo pretende contribuir para a ampliação do debate sobre a necessidade de um Ensino Religioso que respeite a diversidade, a pluralidade e promova uma educação mais crítica e reflexiva.

Assim, ao investigar essa interseção entre formação dos/as professores/as, Ensino Religioso e gênero, esperamos fornecer subsídios para a construção de políticas e práticas pedagógicas mais inclusivas. Ao considerar que a escola deve ser um espaço democrático de aprendizagem, é essencial que o Ensino Religioso, como componente curricular, esteja alinhado aos princípios da laicidade e dos direitos humanos, garantindo que todas as temáticas, incluindo gênero, sejam abordadas de forma respeitosa e reflexiva.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ABORDAGEM DE GÊNERO NAS AULAS DE ENSINO RELIGIOSO

Em um breve recorte histórico acerca do Ensino Religioso encontramos entidades como o Conselho de Igrejas para a Educação Religiosa – CIER, criado no ano de 1970; o Ensino Religioso das Escolas Públicas – EREP, com origem no ano de 1972; a Associação Inter-Religiosa de Educação – ASSINTEC, desenvolvida em 1973; e a Comissão Interconfessional para o Ensino Religioso – CIERES, em 1975 (Junqueira, 2002).

Em 1995, foi criado o Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso – FONAPER, com o objetivo de garantir a oferta de Ensino Religioso em todos os níveis de escolaridade, respeitando a diversidade e a opção religiosa dos/as estudantes. Para isso, a organização propunha atuar junto aos Sistemas de Ensino, auxiliando na construção de conteúdos programáticos adequados, que expressassem a ética da dignidade humana³. Elisa Rodrigues explica que essa instituição surgiu como organização de professores interessados e envolvidos com o Ensino Religioso nas escolas, não sendo vinculado ao Poder Público. Ressalta a autora que o FONAPER se preocupava com o futuro do Ensino Religioso, bem como com a capacitação dos/as professores/as e o desenvolvimento de subsídios pedagógicos que concedessem suporte ao/a professor/a na sua prática pedagógica escolar (Rodrigues, 2015).

³ SANTOS, Taciana Brasil dos. O Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular: algumas considerações. *Educação em Revista*, v. 37, p. 1-18, 2021, p. 3.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e diante da emergência de tratar de maneira adequada sobre o Ensino Religioso, surgiram outras leis e documentos que simbolizaram avanços nesse campo do componente curricular de Ensino Religioso Escolar. No dia 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.396/1996.

A referida Lei, nada obstante sinaliza a relevância do ensino religioso, no entanto não indica como ele precisa ser desenvolvido e quais conteúdos devem constituir-lo. Então, os Conselhos de Ensino Religioso (Coneres) têm assessorado as secretarias de educação dos estados e municípios. A indicação tem sido construir planos de ensino que superem a cristianização e as concepções religiosas tradicionais e que ressaltem o caráter plural das religiões. Um dos desafios é superar os preconceitos da modernidade com a religião, visto que existe a concepção de que o estudo do fenômeno religioso está vinculado à doutrinação eclesial (Affonso *et al.*, 2021).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.396/1996, a educação escolar passou a contemplar a pluralidade social e política. A escola aparece como campo de formação de pensamento crítico, e não mais numa perspectiva de doutrinação. A pedagogia emancipatória e crítica contorna as ações dos/as professores/as e das instituições. O ensino religioso também começa a ser influenciado por essa perspectiva, de modo que a abordagem no Ensino Religioso começa a contemplar a diversidade religiosa e a respeitar a opção dos alunos (Affonso *et al.*, 2021).

A partir de 1998, diversas deliberações foram promovidas durante os Seminários Nacionais de Formação de Professores para o Ensino Religioso (Sefopers). Propostas passaram a ser formuladas e encaminhadas ao Conselho Nacional da Educação com a finalidade de proporcionar a elaboração e implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Curso de Licenciatura em Ciências da Religião (Affonso *et al.*, 2021).

No dia 27 de dezembro de 2018, foi implementada a Portaria n. 1.403, que homologou o Parecer CNE/CP nº 12/2018, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, que, junto ao Projeto de Resolução a ele anexo, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de graduação em Ciências da Religião.

Em 28 de dezembro de 2018, foi publicada a Resolução n. 5, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de licenciatura em Ciências da Religião nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, estabelecendo diversos princípios, concepções e estrutura os quais devem ser estritamente respeitados quando da elaboração das ações e práticas pedagógicas por parte das instituições, instituições de educação superior e pelos órgãos dos sistemas de ensino (Brasil, 2018b).

Tal Resolução reconhece que o curso de licenciatura em Ciências da Religião constitui-se como habilitação em nível de formação inicial para o exercício da docência do Ensino Religioso na Educação Básica, havendo a possibilidade também de o licenciado em Ciências da Religião atuar como pesquisador, consultor e assessor em espaços não formais de ensino, em instituições públicas e privadas, organizações não governamentais e entidades confessionais (Brasil, 2018b).

Além disso, a Resolução estabelece determinadas competências as quais devem ser desenvolvidas ao longo do curso, como a apropriação dos elementos constituintes das diversas tradições, bem como movimentos religiosos e filosofias de vida; o conhecimento a respeito das manifestações religiosas e filosofias de vida em contextos diversos; análise das relações entre as tradições/movimentos religiosos, entre inúmeras outras (Brasil, 2018b).

Nesse mesmo ano, em 15 de dezembro de 2018, foi aprovada a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação básica, a partir da Resolução CNE/CP nº 02⁴, importante documento da Educação brasileira. Tal documento é resultado de um trabalho coletivo exercido por inúmeros profissionais do contexto educacional, como especialistas das áreas de conhecimento, gestores, professores da educação básica, estudantes, sociedade em geral e membros do FONAPER. Destacamos a importância da BNCC para o componente curricular Ensino Religioso, todavia não há um consenso entre os pesquisadores e professores sobre as concepções positivas da BNCC para os demais componentes curriculares.

Entretanto, nada obstante sua positivação, o desafio de sua implementação é

⁴ AFFONSO; CANFIELD; MÖBS; SANTOS; SILVA, 2021, p. 29.

enorme, sendo imprescindível a atuação adequada e efetiva de docentes, secretarias estaduais e municipais de ensino, associações profissionais e científicas, sociedades civis organizadas, estudantes da Educação Básica e de cursos de licenciatura e demais atores relacionados com essa temática (Claudio, 2021).

A BNCC define as orientações curriculares básicas comuns que devem ser ofertadas a todos os estudantes no Brasil e estabelece as competências gerais e específicas, bem como as habilidades para cada componente curricular da educação básica. Nesse documento, também se encontram as competências específicas do Ensino Religioso, que, articuladas com as competências gerais, proporcionam uma educação integral que permite ao aluno uma educação voltada para a multidimensionalidade da condição humana, preparando-o para a socialização e para a ação autônoma em um mundo pós-moderno que exige competências gerais e aprofundamentos específicos na solução de problemas sociais e profissionais (Brasil, 2018a).

Esse documento esclarece que o Ensino Religioso deve atender a alguns objetivos:

- a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos;
- b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos;
- c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal;
- d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania (Brasil, 2018a, p. 436).

Nota-se que o Ensino Religioso, em uma visão transcomponente, tem a responsabilidade de proporcionar, de forma adequada, processos de aprendizagens de maneira participativa, colaborativa permitindo o desenvolvimento de conhecimentos por meio de diversas práticas pedagógicas (Aragão, 2021).

Todos esses aspectos devem ser considerados na abordagem do gênero em sala de aula. O Brasil atravessa atualmente um período de intensificação dos debates e conflitos, especialmente no que diz respeito, por um lado, à garantia constitucional do ensino religioso nas escolas públicas, e, por outro, à polêmica inclusão de questões relacionadas

ao gênero e à diversidade sexual nas normativas, diretrizes, políticas e práticas do sistema educacional no país. (Carvalho; Sívori 2017).

No cenário da política educacional, a inclusão da discussão sobre questões de gênero e sexualidade no currículo escolar tem gerado uma forte resistência por parte de grupos conservadores, além de se tornar um espaço central para uma disputa que a vincula à histórica controvérsia sobre a participação de atores religiosos na educação pública em diversos. (Carvalho; Sívori 2017).

Nesse contexto, é importante ressaltar que, como ambientes de aprendizagens, as instituições de ensino devem visar à formação cognitiva, social, cultural e política dos indivíduos. Dessa forma, a inclusão do debate sobre identidade, orientação sexual e gênero no currículo e nos conteúdos escolares é essencial para promover uma perspectiva mais democrática e inclusiva sobre a diversidade (Oliveira; Miranda; Silva, 2018).

Contudo, a atual tendência de excluir as discussões sobre gênero e sexualidade do ambiente escolar está fundamentada, entre outros aspectos, em concepções religiosas, crenças, tabus e preconceitos enraizados na cultura dominante. Esses fatores representam desafios para a atuação dos professores diante da diversidade de expressões e identidades sexuais, uma vez que tais concepções prévias contribuem para a perpetuação de padrões rígidos de comportamento, relações de gênero e formas de vivenciar a sexualidade (Oliveira; Miranda; Silva, 2018).

O Ensino Religioso, nesse sentido, é componente curricular capaz de suscitar a temática. Entretanto, enquanto componente curricular que busca promover o conhecimento sobre diferentes tradições religiosas e a reflexão ética sobre a convivência humana, deve estar alinhado aos princípios da diversidade e do respeito. Nesse sentido, a abordagem da temática de gênero torna-se essencial para garantir um espaço educacional que valorize a equidade e os direitos fundamentais de todos os indivíduos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

É importante que o Ensino Religioso não seja empregado como “orientação educacional”, que seria uma forma de controle visando servir como instrumento para a desordem moral, a violência e a indisciplina (Carvalho; Sívori 2017). Ao contrário, deve

este componente curricular ser utilizado como espaço de diálogo sobre a diversidade, seja cultural, religiosa e até sexual.

Considerando que o ambiente escolar se dedica ao desenvolvimento integral do indivíduo, abordando, entre diversos aspectos, questões de sexualidade e gênero, o componente curricular de Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras, em princípio, deve contribuir para a formação de cidadãos preparados para dialogar com uma sociedade plural. Para isso, é essencial que esse componente curricular reconheça o pluralismo religioso, a neutralidade confessional do Estado e das instituições públicas, bem como o direito de cada pessoa de viver com ou sem religião. Dessa forma, o Ensino Religioso pode abordar as manifestações religiosas como fenômenos culturais e sociais, em vez de verdades absolutas, promovendo o respeito às diferentes crenças, identidades, gêneros e orientações sexuais, além de enfatizar a importância da alteridade (Oliveira; Miranda; Silva, 2018).

A postura do/a professor/a no Ensino Religioso deve ser pautada pela imparcialidade, pelo respeito à diversidade e pelo compromisso com a formação crítica dos/as estudantes.

3. METODOLOGIA

O presente artigo adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. Cujo objetivo foi compreender a interseção entre gênero, diversidade e o Ensino Religioso a partir da análise de referenciais teóricos que discutem o papel do/a professor/a na promoção do respeito e da inclusão no ambiente escolar. Dessa forma, a metodologia escolhida possibilita um aprofundamento conceitual sobre o tema, permitindo uma reflexão crítica sobre os desafios e possibilidades da abordagem da temática de gênero no contexto educacional.

A pesquisa bibliográfica e documental consiste no levantamento, leitura e análise de materiais acadêmicos e normativos que tratam da educação, do Ensino Religioso, da diversidade de gênero e dos desafios da inclusão escolar. São utilizadas fontes como

livros, artigos científicos, documentos oficiais e diretrizes curriculares que orientam a prática pedagógica no Ensino Religioso. Esse tipo de estudo possibilita a identificação das principais contribuições teóricas e das discussões mais relevantes sobre a temática, fornecendo uma base sólida para a análise proposta.

O caráter exploratório da pesquisa se justifica pelo fato de que o tema ainda enfrenta desafios conceituais e práticos na educação básica, especialmente no contexto do Ensino Religioso. Ao explorar as diferentes perspectivas acadêmicas e institucionais sobre a relação entre Ensino Religioso e diversidade de gênero, busca-se mapear os principais obstáculos enfrentados pelos/as professores/as e as estratégias possíveis para garantir um ensino pautado na inclusão e no respeito às diferenças.

A abordagem qualitativa é fundamental para compreender as nuances desse debate, uma vez que questões relacionadas à diversidade de gênero e à religião envolvem valores, crenças e construções sociais complexas. A pesquisa qualitativa permite uma análise interpretativa dos discursos e das concepções presentes nos materiais estudados, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas que influenciam a prática docente no Ensino Religioso.

A metodologia adotada também se fundamenta na análise documental de legislações e diretrizes educacionais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre a inclusão e o respeito à diversidade no ambiente escolar. A partir dessa análise, busca-se compreender como o arcabouço jurídico e pedagógico orienta as práticas dos professores de Ensino Religioso em relação às questões de gênero.

A metodologia adotada possibilitou uma articulação entre teoria e prática, oferecendo subsídios para que os/as professores/as possam refletir sobre suas práticas pedagógicas e encontrar caminhos para um ensino religioso que respeite a diversidade e promova a equidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desta pesquisa indicam que a formação inicial e continuada dos professores desempenha um papel determinante na abordagem da temática de gênero no Ensino Religioso. A análise da literatura e dos documentos normativos revelou que os/as professores/as com uma formação mais ampla e voltada para a educação em direitos humanos tendem a abordar a questão de gênero de forma mais dialógica e inclusiva, enquanto professores/as cuja formação é baseada em perspectivas dogmáticas demonstram maior resistência ao tema.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que o Ensino Religioso deve respeitar a diversidade e promover o diálogo entre diferentes crenças e perspectivas. No entanto, verifica-se que, na prática, muitos/as professores/as ainda enfrentam dificuldades para integrar a temática de gênero de maneira efetiva. A resistência pode estar relacionada a convicções pessoais, falta de capacitação específica ou até mesmo às pressões exercidas por grupos religiosos e institucionais.

Outro aspecto relevante identificado é a ausência de diretrizes claras sobre como os/as professores/as devem abordar questões de gênero no Ensino Religioso. Embora a legislação educacional reconheça a importância do respeito à diversidade, não há uma normatização específica que estabeleça metodologias e conteúdos obrigatórios para esse debate. Esse vácuo normativo pode levar a abordagens inconsistentes e, em alguns casos, à omissão do tema.

A revisão bibliográfica também evidenciou que programas de formação de professores/as que contemplam estudos sobre gênero e diversidade contribuem significativamente para a adoção de práticas pedagógicas mais inclusivas. Professores/as que passaram por capacitação específica relataram maior segurança para tratar dessas questões em sala de aula, promovendo um ambiente mais respeitoso e alinhado aos princípios da educação crítica.

Ademais, constatou-se que as experiências formativas dos/as professores/as influenciam diretamente sua abordagem pedagógica. Aqueles que tiveram contato com

uma educação mais plural e intercomponente demonstram maior abertura para a discussão de gênero como um fenômeno social e cultural, enquanto os/as professores/as com uma trajetória mais restrita a uma formação religiosa tradicional tendem a reproduzir concepções normativas e excludentes sobre os papéis de gênero.

Portanto, os resultados apontam para a necessidade de investimentos em programas de formação docente que contemplem o debate sobre gênero no Ensino Religioso. A ampliação do diálogo entre educação e religião é essencial para garantir que os professores estejam preparados para abordar a diversidade de forma crítica e respeitosa, promovendo um Ensino Religioso alinhado aos princípios da laicidade, equidade e inclusão.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou a importância de abordar a temática de gênero no Ensino Religioso de forma inclusiva e respeitosa, considerando a diversidade como um valor fundamental para a formação dos/as estudantes. O estudo demonstrou que a interseção entre religião, educação e questões de gênero ainda enfrenta desafios significativos, seja devido a resistências socioculturais ou à falta de formação inicial e/ou continuada em uma abordagem que valoriza a diversidade e a pluralidade cultural religiosa. No entanto, reconhecer a pluralidade religiosa e de identidades de gênero como parte do processo educativo é essencial para a construção de um ambiente escolar mais democrático e acolhedor.

A partir da revisão bibliográfica e documental, constatou-se que a formação dos professores desempenha um papel central na abordagem da diversidade em sala de aula. A ausência de um preparo adequado pode levar à reprodução de estereótipos e preconceitos, reforçando desigualdades e dificultando o diálogo inter-religioso e intercultural. Dessa forma, destaca-se a necessidade de programas de formação continuada que capacitem os/as professores/as para lidar com a temática de gênero de

maneira sensível e fundamentada em princípios pedagógicos que promovam o respeito e a equidade.

Além disso, a análise dos documentos normativos e diretrizes educacionais revelou que há um respaldo legal para a inclusão da diversidade de gênero no contexto escolar, embora sua aplicação na prática ainda encontre obstáculos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outras normativas reforçam a necessidade de um ensino pautado na alteridade e no respeito às diferenças, o que inclui o reconhecimento das múltiplas identidades e vivências de gênero no espaço educacional. Portanto, há um campo propício para a implementação de estratégias que garantam uma abordagem inclusiva no Ensino Religioso.

A resistência de setores conservadores à inclusão da temática de gênero no ensino evidencia a necessidade de um diálogo mais amplo entre os diversos atores da educação. Para que o Ensino Religioso cumpra seu papel de fomentar a compreensão das diferentes tradições religiosas e promover a convivência respeitosa, é essencial que a diversidade de gênero seja tratada não como uma ameaça, mas como uma realidade social que precisa ser compreendida e respeitada. Assim, a escola pode se consolidar como um espaço de formação cidadã, no qual o direito à identidade e à dignidade de cada indivíduo seja garantido.

Por ora, este estudo contribui para o debate sobre a relação entre ensino, religião e diversidade, reforçando a necessidade de um Ensino Religioso comprometido com a inclusão e a justiça social. A superação de preconceitos e a promoção de um ambiente educacional respeitoso dependem do engajamento de professores, gestores e formuladores de políticas públicas na construção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam uma educação verdadeiramente plural e democrática.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Luciane Marina Zimerman; CANFIELD, Ráisa Lammel; MÖBS, Adriane da Silva Machado; SANTOS, Valter Borges dos; SILVA, Itala Daniela da. **Políticas Educacionais e Base Nacional Comum Curricular de Ensino Religioso**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

ARAGÃO, Gilbraz de Souza. Dos magistérios eclesiásticos para os magistérios acadêmicos. *In*: MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). **O ensino religioso na prática**. Florianópolis: AMAR; FOGO, 2021, pp. 11-17.

BRASIL. **Resolução n. 5, de 28 de dezembro de 2018**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de licenciatura em Ciências da Religião e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

CARVALHO, Marcos Castro; SÍVORI, Horacio Federico. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. **Cadernos Pagu**, v. 50, 2017.

CLAUDIO, Aldenir Teotonio. Ensino Religioso: estudo sobre proposta curricular com base no FONAPER e BNCC. *In*: MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). **O ensino religioso na prática**. Florianópolis: AMAR; FOGO, 2021, p. 81-92.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Aurenéia Maria de; MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de; SILVA, Maria Amanda Micaely Pinheiro da. Questões de gênero e sexualidade no espaço público educacional tendo como eixo de debate a disciplina de Ensino Religioso em escolas de Recife. **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas, v. 20, n. 4, p. 864-886, 2018.

RODRIGUES, Elisa. Formação de professores para o Ensino da religião nas escolas: dilemas e perspectivas. **Ciências da Religião: história e sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 19-46, 2015.